

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO												
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO		
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados
							POs	ITRS / Manuais				
Auxílio a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO)		Tem por objetivo tornar disponíveis para a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO), informações e pareceres produzidos pelo TCE-GO, visando a subsidiar o processo de responsabilização política do governo, a atuação do Legislativo na atuação de recursos públicos e no exercício do controle externo, a elaboração de planos e orçamentos, a avaliação da gestão fiscal e o aperfeiçoamento do arcabouço legal.	Apreciação das Contas do Governador	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal Constituição Estadual Decreto de Execução Orçamentária Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei de Responsabilidade Fiscal Lei Federal nº 4.320/1964	PO Acompanhar a Prestação de Contas do Governador	Manual do Usuário Prestação de Contas do Governador	Gerência de Fiscalização de Contas e Serviço de Fiscalização de Contas de Governo	(i) Relatórios e pareceres prévios acerca das contas do Governo do Estado de Goiás.	Algo	(i) Subsidiar o processo de responsabilização política do governo pelos resultados de suas ações e pela conformidade de seus demonstrativos contábeis.
			Atendimento a Solicitações da ALEGO	Secretaria de Controle Externo						(ii) Informações acerca do aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, da conformidade e do desempenho da gestão dos recursos públicos estaduais, etc.	Algo	(i) Subsidiar o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico relativo ao controle e à gestão dos recursos públicos.
Promoção da Transparência e do Controle Social		Tem por objetivo tornar disponíveis para a sociedade, imprensa e conselhos reunidos do controle social, informações acerca da gestão pública, dos resultados e dos benefícios do controle externo e de forma específica, para denunciantes, representantes e servidores, informações acerca dos fatos apurados pelo TCE-GO ou das informações solicitadas.	Atendimento a Solicitações	Ouidoria		Resolução Administrativa nº 09/2022 Resolução Administrativa nº13/2024 Código de Ética Manual de Integridade	PO Gerir Demandas Denúncias Representações e Notícias de Injúria		Ouidoria	(i) Informações solicitadas.	Solicitante	(i) Subsidiar ações e decisões mediante obtenção de esclarecimentos, entre outros, quanto a procedimentos e processos de controle externo, contábeis, procedimentos administrativos, jurisprudência do TCE-GO. (ii) Gestão eficiente do canal de comunicação entre o cidadão e o TCE-GO.
			Aparação de Denúncias	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº13/2024	PO Gerir Demandas Denúncias Representações e Notícias de Injúria		Ouidoria	(i) Informações sobre fatos apurados.	Denunciante	(i) Esclarecer os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso.
			Aparação de Representações	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº13/2024	PO Gerir Observatório de Políticas Públicas			(i) Informações sobre fatos apurados.	Representante	(i) Esclarecer os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso.
			Disponibilização de informações acerca da Gestão Pública	Secretaria de Controle Externo			PO Gerir Indicadores do Observatório de Políticas Públicas			(i) Política Pública e Indicadores Pesquisados	Tribunal e Partes Interessadas	(i) Promoção da transparência e do controle social bem como influenciar a estratégia de controle da Secretaria de Controle Externo.
			Divulgação dos Resultados das Ações de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo		Constituição do Estado de Goiás Lei nº 18.186/2007 (Lei Orgânica) Resolução nº 22/2009	PO Gerir Indicadores do Observatório de Políticas Públicas			(i) Indicador publicado	Tribunal e Partes Interessadas	(i) Promoção da transparência e do controle social, indução de melhorias no processo de implementação de políticas públicas e gestão da estratégia do controle externo.
			Divulgação dos Resultados das Ações de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo		Resolução nº 05/2019	PO Emitir Relatório do Artigo 30	Manual de Instruções do artigo 30	Serviço de Fiscalização de Pessoal	(i) Relatório do Artigo 30.	Sociedade, Imprensa e ALEGO	(i) Prover conhecimentos a respeito do número total dos servidores e empregados públicos nomeados e contratados pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e as entidades da administração interna ou funcional, nos termos do art. 30 CE/89.
			Capacitação e Orientação para o Exercício do Controle Social	Escola Superior de Controle Externo Alisson Nascimento				Manual do Sistema de Benefícios das Ações de Controle Externo	Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Benefícios auferidos em decorrência das ações de controle externo	Sociedade, Imprensa e ALEGO	(i) Prover conhecimentos a respeito da gestão pública e dos mecanismos de controle e seus resultados e benefícios.
			Capacitação e Orientação para o Exercício do Controle Social	Escola Superior de Controle Externo Alisson Nascimento						(ii) Ações de capacitação e orientações para o exercício do controle social.	Conselhos legalmente incumbidos do controle social	(i) Desenvolver competências para desempenhar suas missões.
			Exame e Julgamento das Contas dos Gestores	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal Constituição Estadual Lei Orgânica do TCE-GO Regimento Interno do TCE-GO Resolução Normativa TCE nº 5/2018 Lei Federal nº 4.320/1964 Lei de Diretrizes Orçamentárias	Manual do Usuário Prestação de Contas dos Gestores		Gerência de Fiscalização de Contas e Serviço de Fiscalização de Contas dos Gestores	(i) Alinhamento das contas dos gestores de recursos públicos, podendo conter determinações, recomendações, medidas cautelares, sanções e imputação de débitos.	Gestores de recursos públicos	(i) Prover a segurança jurídica mediante a apreciação das contas.
							PO Fiscalizar via Auditoria de Conformidade		Gerência de Fiscalização	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos devolvidos e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
Controle Direto		Tem por objetivo tornar disponíveis para a administração pública, Estado e gestores de recursos públicos estaduais, determinações, recomendações, sanções, medidas cautelares, medidas cautelares e orientações visando a prevenir, corrigir, cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos, assegurando a legalidade dos atos sujeitos a registro e o cumprimento dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e, ainda, a ecetamente devidos quanto à aplicação de dispositivos legais e regulamentos. Além do mais, objetiva ainda tornar disponíveis para programas de governo, órgãos e entidades da administração pública, determinações, recomendações, avaliações e orientações, visando a contribuir para a excelência da gestão pública e dos serviços públicos prestados ao cidadão, para a melhoria da formação, da formação e da gestão dos programas e serviços públicos, bem como do aperfeiçoamento das políticas públicas.	Fiscalizar	Secretaria de Controle Externo		Regimento Interno - TCE-GO; Plano de Fiscalização; Código de Ética do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (Resolução Administrativa nº 001/2014); • Resolução Administrativa n.º 19/2022; Resolução Administrativa n.º 13/2023; Normas de Auditoria do Setor Público (NBASP); NBASP 100 – Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público; NBASP 130 – Gestão da Ética pelos Tribunais de Contas; NBASP 140 – Controle de qualidade para os Tribunais de Contas; NBASP 400 – Princípios de Auditoria de Conformidade; NBASP 4000 – Norma para Auditoria de Conformidade; NBASP 300 – Princípios de Auditoria Operacional; NBASP 3000 – Norma para Auditoria Operacional; Manual do Sistema de Qualidade das Fiscalizações; Manual de Implementação das ISGs de Auditoria de Conformidade; Manual de Implementação das ISGs de Auditoria Operacional;			Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Contas; Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos devolvidos e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							PO Fiscalizar via Auditoria Financeira		Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Contas; Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos devolvidos e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							PO Fiscalizar via Auditoria Operacional		Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização do Eixo Social; Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gerência de Fiscalização de Contas; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia; Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos devolvidos e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							PO Fiscalizar via Inspeção		Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização do Eixo Social; Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gerência de Fiscalização de Contas; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia; Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos devolvidos e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							PO Fiscalizar via Levantamento		Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização do Eixo Social; Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gerência de Fiscalização de Contas; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia; Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos devolvidos e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							PO Fiscalizar via Monitoramento Programado		Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização do Eixo Social; Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gerência de Fiscalização de Contas; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia; Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos devolvidos e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							PO Fiscalizar via Acompanhamento		Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização do Eixo Social; Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gerência de Fiscalização de Contas; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia; Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos devolvidos e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							PO Fiscalizar via Avaliação de Políticas Públicas		Secretaria de Controle Externo; Serviço de Avaliação e Inovação em Políticas Públicas; Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos devolvidos e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							PO Fiscalizar via Acompanhamento	ITR Orientações para fiscalização de atos de pessoal sujeitos a registro	Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização do Eixo Social; Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gerência de Fiscalização de Contas;	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos.

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO													
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO			
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados	
Controle com intervenção a Terceiros	Tem por objetivo tornar disponíveis à Procuradoria Geral do Estado (PGE), ao Ministério Público Estadual, à Polícia Civil e outros órgãos de controle, informações para que possam defender, determinar, sancionar e julgar atos da administração pública no âmbito das respectivas esferas de atuação.						Contínuo	ITR Orientações para fiscalização contínua de folha de pagamento	Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia; Serviço de Qualidade do Controle Externo	(iv) Implementar um sistema de acompanhamento sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Órgãos e entidades da Administração Pública	(iv) Recuperar recursos públicos devidados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
			Apoio à Atividade Jurisdicional	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal; Constituição do Estado de Goiás; Lei Orgânica (Lei Estadual 16.168/2007); Lei Estadual 15.122/2005; LDCs; Resolução nº 22/2008; Resolução Normativa nº 13/2017 - Resolução Administrativa nº 0001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022 - NBSGP 130 NBSGP 10 NBSGP 140	PO Gerir Processos de Controle Externo	ITR Orientações para Gerir Processos de Atos de Pessoal	Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização do Eixo Social; Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia; Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Processos de Controle Externo geridos	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das etapas e atividades envolvidas na gestão dos processos de controle externo; (ii) Parâmetros definidos para organização e distribuição de atividades interesteriores no âmbito da Secretaria de Controle Externo; (iii) Maior desempenho e aumento da produtividade na execução das atividades fim de controle externo.	
							PO Instruir Processo de Controle Externo		Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização do Eixo Social; Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia; Serviço de Qualidade do Controle Externo	(ii) Instrução Técnica; (iii) Instrução Técnica Conclusiva.	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das etapas e atividades envolvidas para a emissão de instrução técnica em processos de controle externo, em apoio à atividade jurisdicional. (ii) Maior desempenho e aumento da produtividade na execução das atividades fim de controle externo.	
							PO Representar ao Tribunal		Secretaria de Controle Externo	(i) Representação ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), com base na constatação de irregularidades ou ilegalidades em atos de gestão	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das atividades da unidade técnica técnica e das equipes de fiscalização para a elaboração e formalização de Representação ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, com base na constatação de irregularidades ou ilegalidades em atos de gestão.	
			Acompanhamento dos Limites Legais e Prudenciais da LRF1	Secretaria de Controle Externo									
			Monitoramento do Cumprimento de Deliberações do TCE-GO	Secretaria de Controle Externo		Resolução Normativa nº 011/2016; Resolução Administrativa nº 007/2016; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Administrativa nº 13/2022; Lei nº 16.168/2007; Regimento Interno do TCE-GO; Resolução Normativa nº 01/2021.	PO Catalogar Itens Decisórios	ITR Catalogar Itens Decisórios	Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Informações sobre o cumprimento das deliberações.	Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Garantir o cumprimento de deliberações.	
			Análise de Recursos	Secretaria de Controle Externo		Resolução nº 06/2021		Manual de Análise de Recursos	Serviço de Análise de Recursos	(i) Deliberações quanto a recursos interpostos contra decisões do TCE-GO	Recorrente e interessados	(i) Garantir eficácia e efetividade à instrução recursal, no que tange exame da admissibilidade e a análise de mérito dos recursos interpostos contra atos decisórios do Tribunal de Contas.	
			Apreciação da Legalidade dos Atos de Pessoal	Secretaria de Controle Externo									
			Exame e Julgamento de Tomada de Contas Especial	Secretaria de Controle Externo									
			Atendimento a Consultas	Secretaria de Controle Externo						(i) Resposta a consultas com orientações de caráter normativo.	Consultantes	(i) Esclarecer dúvidas suscitadas em relação à aplicação de dispositivos legais e regulamentares.	
			Avaliação de Programas	Secretaria de Controle Externo						(ii) Avaliações de programas de governo. (iii) Avaliações de funções de governo. (iv) Orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública; Programas de Governo	(i) Contribuir para a melhoria da formulação, da formulação e da gestão dos programas e a qualidade dos bens e serviços públicos. (ii) Contribuir para o aperfeiçoamento da formulação de políticas públicas. (iii) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
			Fornecimento de informações para Subsidiar Ações de Terceiros.	Secretaria de Controle Externo						(i) Informação sobre indícios de crimes, infrações e irregularidades apurados pelo TCE.	PGE; Ministério Público Estadual; Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás; Polícia Civil; Magistrados.	(i) Subsidiar a responsabilização de infratores. (ii) Subsidiar a elaboração da lista de inelegíveis. (iii) Subsidiar a situação dos respectivos órgãos. (iv) Subsidiar a apuração de irregularidades.	
				Secretaria Geral						(i) Informações para subsidiar a cobrança judicial	PGE	(i) Subsidiar a recuperação de valores e execução de penas pecuniárias.	
Diretoria Jurídica				Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Prestar informações à PGE-GO para a defesa do Estado de Goiás em juízo		Diretoria Jurídica	(i) Informações para defesa do Estado de Goiás em juízo.	PGE	(i) Subsidiar a defesa do Estado de Goiás em relação aos acórdãos do TCE-GO questionados judicialmente. (ii) Realizar a defesa do TCE-GO nos processos judiciais cujo objeto é o questionamento de acórdãos proferidos pela instituição.			

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO												
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS				INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO	
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados
PROCESSOS DE SUPORTE (NPS)	Gestão de Pessoas	Tem por objetivo estimular o desenvolvimento de profissionais competentes, motivados e comprometidos com a efetividade do controle externo e com a melhoria da gestão pública, bem como criar e manter ambiente de trabalho que conduza à excelência no desempenho, à plena participação e ao crescimento profissional e à qualidade de vida	Políticas de Gestão de Pessoas	Secretaria Administrativa		Política de Gestão de Pessoas (Resolução Normativa nº 004/2009) Código de Ética (Resolução Administrativa nº 003/2014)				(i) Programas e sistemas voltados para o desenvolvimento de gestão de pessoas.	Membros, Servidores, Tercerizados e Estagiários	(i) Estimular as pessoas para desenvolver e utilizar seu pleno potencial em alinhamento com as estratégias do Tribunal.
			Captação, Alocação e Integração	Secretaria Administrativa		Manual de Funções	PO Gerir Captação, Alocação e Integração de Servidores PO Gerir Estágio e Menor Aprendiz	Manual de Funções de Tercerizados	Gênerica de Gestão de Pessoas Gênerica de Gestão de Pessoas	(i) Sistemática de captação, alocação e integração.	Membros, Servidores, Tercerizados e Estagiários	(i) Alinhar os métodos de seleção, alocação e integração ligados ao preenchimento de cargos e funções com as estratégias do TCE-GO.
			Desenvolvimento de Competências	Escola Superior de Controle Externo Aelson Nascimento		Resolução Administrativa nº 3/2021 (Regimento Interno da Escola)	PO Gerir Ações de Capacitação PO Planejar e Gerir o Conhecimento - Biblioteca PO Gerir Multiplicadores e Instrutores Internos	Escola Superior de Controle Externo Aelson Nascimento Escola Superior de Controle Externo Aelson Nascimento Escola Superior de Controle Externo Aelson Nascimento	(i) Competências de pessoas desenvolvidas e/ou aprimoradas. (ii) Demandas de Capacitação ministradas por Instrutores Internos	Membros, Servidores, Tercerizados e Estagiários Tribunal, Controladores Sociais e Jurisdicionados	(i) Garantir a gestão e execução de ações de capacitação para os Membros, Servidores, Jurisdicionados e Controladores Sociais. (ii) Garantir o planejamento e gestão do conhecimento no âmbito do TCE-GO.	
			Educação Profissional	Escola Superior de Controle Externo Aelson Nascimento		Resolução Administrativa nº 3/2021 (Regimento Interno da Escola)	PO Gerir Planos e Programas de Educação Profissional	Escola Superior de Controle Externo Aelson Nascimento	(i) Planos e Programas gerenciados	Membros, Servidores, Tercerizados, Estagiários, Jurisdicionados e Sociedade	(i) Gestão dos Planos e Programas de Educação Profissional, por meio de ciclos de gestão, com foco no alcance dos objetivos estratégicos da instituição.	
			Avaliação de Competências	Secretaria Administrativa		Resolução Normativa nº 04/2016; Resolução Normativa nº 07/2016; Resolução Administrativa nº 22/2008; Resolução Administrativa nº 19/2022; Portaria nº 96/2023	PO Gerir Avaliação de Desempenho	Manual de Avaliação de Desempenho - TCE-GO	Gênerica de Gestão de Pessoas	(i) Programas de avaliação, educação e capacitação das pessoas.	Membros, Servidores, Tercerizados e Estagiários	(i) Alinhar níveis de desempenho adequados aos espaços ocupacionais do Tribunal.
			Rotinas de Pessoal	Secretaria Administrativa		PPA - Plano Plurianual 2024-2027 Decreto nº 22.10/2023 Lei de Responsabilidade Fiscal	PO Executar Folha de Pagamento PO Gerir Atos de Pessoal		Gênerica de Gestão de Pessoas Gênerica de Gestão de Pessoas	(i) Sistema gerencial de controle dos serviços de pessoal	Membros, Servidores, Tercerizados e Estagiários	(i) Garantir o desenvolvimento de sistemas gerenciais adequados para o bom controle dos serviços de pessoal. (ii) Assegurar o uso correto das normas relativas aos atos de pessoal.
			Gestão do Clima Organizacional e da Qualidade de Vida	Secretaria Administrativa		PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional	PO Realizar Atendimento Clínico		Gênerica de Gestão de Pessoas e Serviço de Bem-estar	(i) Ambiente de trabalho seguro e saudável.	Membros, Servidores, Tercerizados e Estagiários	(i) Criar e manter um ambiente que conduza à excelência no desempenho, à plena participação e ao crescimento individual e institucional. (ii) Promover o bem-estar, a satisfação e a motivação das pessoas, colaborando inclusive para a melhoria da qualidade de vida das pessoas fora do ambiente organizacional.
						PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais	PO Gerir Condições Inseguras e Acidentes de Trabalho PO Responder Situações de Emergência	Manual de Práticas Seguras do TCE-GO Manual da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes Manual de Abandono de Área do TCE-GO	Gênerica de Administração Gênerica de Administração Gênerica de Administração			
						Resolução Administrativa nº 5/2024 (Política de Gestão de Pessoas no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Goiás)	PO Realizar Pesquisa de Clima Organizacional		Gênerica de Gestão de Pessoas	(i) Pesquisa de Clima Organizacional realizada (ii) Plano de Ação Monitorado		
			Logística e Sustentabilidade	Tem por objetivo operacionalizar, aperfeiçoar e racionalizar a gestão e o atendimento às necessidades de bens e serviços para o bom funcionamento do TCE-GO.	Gestão de Licitações e Contratos	Secretaria Administrativa		Lei Estadual nº 17.928/12; Lei Nacional nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Estadual nº 9.900/21; Portaria nº 229/2023 - GPRRS; Portaria nº 315/2024 - GPRRS; Lei nº 18.044/07; Instrução Normativa nº 67/2021; Instrução Normativa Federal nº 73/2023; Decreto Federal nº 10.024/2019; Decreto Estadual nº 10.211/23; Decreto Estadual nº 10.139/22; Decreto Estadual nº 10.247/23; Código de Ética do TCE-GO; NBR ISO 37001:2017	PO Gerir Aquisições		Gênerica de Administração	(i) Padrões procedimentais para a formalização e o acompanhamento de termos contratuais (contratos, convênios, ajustes, acordos, aditivos e afins).
PO Gerir Compra de Pequeno Valor		Gênerica de Administração										
PO Gerir Licitação na Modalidade Pregão		Gênerica de Administração										
PO Gerir Contratações	Manual para Entrega de Materiais Manual para Emissão de Notas Fiscais	Gênerica de Administração Gênerica de Administração										
PO Gerir Processos de Pagamentos		Gênerica de Contabilidade, Orçamento e Finanças										
Gestão de Infraestrutura	Secretaria Administrativa				Manual de Conservação Predial (Resolução Administrativa 21/2022)	PO Gerir Manutenção Predial		Gênerica de Administração e Serviço de Infraestrutura Predial	(i) Metodologia de gestão para promover a aquisição, conservação, manutenção, reforma e edificação de infraestrutura.	Tribunal	(i) Garantir a aquisição, conservação, manutenção, reforma e edificação de infraestrutura.	
Gestão Orçamentária e Fiscal	Secretaria Administrativa				Resolução Administrativa nº 02/2014; Lei Complementar nº 101/2000; Resolução Normativa TCE nº 04/2017; Resolução Administrativa nº 18/2022	PO Gerir Patrimônio		Gênerica de Administração e Serviço de Material e Patrimônio	(i) Sistemática de gestão orçamentária e fiscal.	Tribunal	(i) Garantir a gestão orçamentária e fiscal necessária às atividades organizacionais.	
Sustentabilidade	Secretaria Administrativa				Plano de Gestão de Resíduos	PO Gerir Aspectos e Impactos, Riscos e Controles Ambientais		Secretaria Administrativa	(i) Atendimento de requisitos legais.	Tribunal, Sociedade	(i) Garantir o atendimento a requisitos legais e a adoção de boas práticas relacionadas à sustentabilidade.	
						PO Gerir Identificação e Avaliação dos Requisitos Legais Aplicáveis e Outros		Secretaria Administrativa	(ii) Adoção de boas práticas ligadas à sustentabilidade.			
Tecnologia da Informação	Tem por objetivo garantir a gestão e o suporte técnico na área de tecnologia da informação necessário ao desenvolvimento das atividades de controle externo.	Gestão de Serviços e de Bens de Consumo			Secretaria Administrativa		Resolução Administrativa nº 02/2014; Lei Federal nº 9.503/1987 (Código de Trânsito Brasileiro); Resolução Administrativa TCE-GO nº 18/2022	PO Gerir Resíduos		Gênerica de Administração	(i) Sistemática de compra, guarda e distribuição de bens e serviços.	Tribunal
			PO Gerir Estoque				Gênerica de Administração					
			PO Fornecer Transporte	Manual dos Condutores de Veículos do TCE-GO			Gênerica de Administração e Serviço de Logística					
			PO Gerir Manutenção Veicular				Gênerica de Administração e Serviço de Logística					
			PO Controlar Vencimento de CNH e CRLV				Gênerica de Administração e Serviço de Logística					
		Gestão de Laboratórios de Engenharia	Secretaria de Controle Externo		NR-12; Lei Orgânica do TCEGO (LOTCE); Lei Estadual nº 15.168, de 11/06/2009; Regimento Interno do TCEGO (RITCE); Resolução nº 003/2018	PO Gerir Equipamentos, Controle e Manutenção		Gênerica de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia	(i) Laudos técnicos de engenharia.	Tribunal	(i) Subsidiar auditorias, análises técnicas e a tomada de decisão em processos de controle externo.	
						PO Gerir Equipamentos, Instrumentos e Utensílios - Controle, Calibração, Verificação Orientativa e Análise		Gênerica de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia				
						PO Gerir Laboratório de Topografia		Gênerica de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia				
						PO Gerir o Laboratório de Análises de Solo e Misturas Asfálticas	ITR Identificação, Acondicionamento e Descarte de Amostras ITR Realizar Ensaios Laboratoriais em Amostras de Solo e Misturas Asfálticas ITR Controle de Material de Consumo ITR Controle de Resíduos	Gênerica de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Gênerica de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Gênerica de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Gênerica de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia				
								Gênerica de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia				
Tecnologia da Informação	Diretora de Tecnologia da Informação		Resolução Normativa nº 13/2016	PO Gerir Atendimento de Suporte de TI		Serviço de Suporte Técnico de TI	(i) Implementação de sistemas corporativos com uso de tecnologia da informação.	Tribunal	(i) Desenvolver, aprimorar e acompanhar as soluções de tecnologia da informação colocadas à disposição do Tribunal.			
				PO Gerir Desenvolvimento de Software Tercerizado		Serviço de Sistemas de Informação						
				PO Gerir Backups		Serviço de Infraestrutura e Segurança de TI						
				PO Gerir Requisitos dos Projetos de Software		Serviço de Sistemas de Informação						
				PO Gerir manutenção terceirizada de Software		Serviço de Sistemas de Informação						
Segurança da Informação			Resolução Normativa nº 11/2022	PO Gerir Vulnerabilidades		Serviço de Infraestrutura e Segurança de TI	(i) Dados e informações trafegados e armazenados com garantia de integridade.		(i) Instituir diretrizes, responsabilidades e normas específicas de segurança da informação, orientando proprietários, gestores e usuários de informações que trafegam na organização, com vistas à garantia da disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade desses			

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO												
INFORMAÇÕES ESTRATEGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO		
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados
									confidencialidade e autenticidade.		informações.	
						Resolução nº 10/2017	PO Gerir Alvos de Tecnologia da Informação	Manual de Segurança da Informação	Diretoria de Tecnologia da Informação			

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO			
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados	
PROCESSOS DE GESTÃO (NPG)	Governança, Planejamento e Gestão	Tem por objetivo estabelecer, comunicar e internalizar o referencial estratégico do TCE-GO, bem como definir prioridades, responsabilidades e compromissos com os rumos e resultados institucionais. Contempla, também, aspectos relativos à definição e alocação de recursos, ao acompanhamento de resultados, ao monitoramento de indicadores de desempenho e ao controle dos atos administrativos no âmbito do Tribunal.	Gestão dos Processos de Trabalho	Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão		Manual do SGI	PO Gerir Processo de Trabalho	ITR Gerir Processos de Trabalho (Unidades do TCE-GO)	Serviço de Gestão da Melhoria Contínua	(i) Processos de Trabalho geridos. (ii) Cadeia de Valor. (iii) Informação Documentada.	Tribunal	(i) Controle de qualidade da informação documentada do TCE-GO. (ii) Aperfeiçoamento e manutenção da Cadeia de Valor. (iii) Metodologia de padronização das rotinas operacionais.	
								ITR Gerir Processos de Trabalho (Serviço-Melhoria)					
								Manual do Bizagi aplicado ao TCE-GO					Serviço de Gestão da Melhoria Contínua
							PO Gerir Auditorias do SGI	ITR Gerir Auditorias do SGI	Serviço de Gestão da Melhoria Contínua	(i) SGI auditado.	Tribunal, Sociedade	(i) Sistema de gestão integrado (SGI) do TCE-GO auditado. (ii) Identificação e definição de melhorias do SGI. (iii) SGI certificado.	
			PO Gerir Indicadores Estratégicos		Serviço de Gestão da Estratégia		(i) Indicadores estratégicos geridos.	Tribunal	(i) Geração de evidências para suporte em tomada de decisão gerencial. (ii) Gestão da estratégia baseada em resultados.				
			PO Gerir Accountability do SGI		Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão		(i) Boletins de Governança e Gestão (BGG). (ii) Relatórios de atividades da DI-Plan.	Tribunal, Sociedade	(i) Prestação de contas em nível institucional com foco na comunicação com as partes interessadas. (ii) Consolidação e disseminação das atividades de coordenação do SGI.				
			PO Gerir Inteligência Organizacional		Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão		(i) Relatórios de Inteligência Organizacional (RIO). (ii) Relatórios de Transição de Gestão (RTG).	Tribunal	(i) Produzir e disseminar conhecimento gerencial no âmbito do TCE-GO, com foco no estímulo à tomada de decisão com base em evidências.				
			PO Gerir Melhoria Contínua	ITR Gestão de Iniciativas no SGP	Serviço de Gestão da Melhoria Contínua		(i) Melhorias implementadas.	Tribunal, Sociedade	(i) Implementação de melhorias institucionais. (ii) Estimulo à melhoria contínua do TCE-GO. (iii) Quantificação do atingimento dos objetivos estratégicos do TCE-GO.				
			PO Gerir Partes Interessadas		Serviço de Gestão da Estratégia		(i) Situações-problema tratadas.	Tribunal, Parte Interessada	(i) Identificação e tratamento de situações-problema a partir de expectativas e necessidades de partes interessadas.				
			PO Gerir Riscos		Serviço de Gestão da Estratégia		(i) Riscos geridos e controlados.	Tribunal, Sociedade	(i) Gestão dos riscos institucionais, com foco na maximização de oportunidades e redução de incertezas.				
			PO Gerir Plano Estratégico		Serviço de Gestão da Estratégia		(i) Objetivos estratégicos alcançados.	Tribunal, Sociedade	(i) Gestão dos Planos Estratégico, Tático e Operacional do TCE-GO, por meio de ciclos bianuais de gestão, com foco no alcance dos objetivos estratégicos da instituição.				
			PO Gerir Plano de Fiscalização		Secretaria de Controle Externo	(i) Plano de Fiscalização gerenciado.	Tribunal, Sociedade, Jurisdicionados						
			Gestão da Estrutura Organizacional	Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão		Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Gerir PDI/I		Diretoria de Tecnologia da Informação	(i) Implementação de sistemas corporativos com uso de tecnologia de (ii) Organograma (iii) Atividades-chave.	Tribunal	(i) Sistemática de alocação de competências e realização de operações.	
			Gestão da Comunicação Organizacional	Diretoria de Comunicação		Resolução Administrativa nº 19/2024	PO Produzir Conteúdo de Comunicação	ITR Orientações para a Produção de Conteúdo de Comunicação	Diretoria de Comunicação	(i) Conteúdo de comunicação produzido e disseminado.	Tribunal, Sociedade	(i) Comunicação organizacional interna e externa.	
							PO Gerir Atendimento à Imprensa						
							PO Gerir Interações em Meios Digitais						
			Controle Interno	Diretoria de Controle Interno		Resolução Administrativa nº 10/2019	PO Analisar Conformidade Processual		Diretoria de Controle Interno	(i) controle interno dos atos da administração	Tribunal	(i) Exercer a terceira linha de defesa no âmbito do TCE-GO.	
							PO Emitir Parecer sobre Relatório de Gestão Fiscal		Diretoria de Controle Interno				
							PO Emitir Parecer sobre o Relatório Anual de Contas		Diretoria de Controle Interno				
			Gestão de Processos Administrativo ou Judiciais	Diretoria Jurídica		Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Analisar Processos Administrativos		Diretoria Jurídica	(i) Processos Administrativos com Parecer ou Despacho da Diretoria Jurídica. (ii) Peças Processuais protocoladas em processo eletrônico judicial.	Poder Judiciário, Tribunal.	(i) Emissão de pareceres, despachos ou peças processuais (por exemplo: petição inicial, agravo, contestação, informações, etc.) em conformidade com os procedimentos estabelecidos.	
							PO Analisar Processos Judiciais						
			Gestão de Integridade	Corregedoria		Resolução Administrativa nº13/2024 Código de ética (Resolução Administrativa nº 01/2014)	PO Gerir Denúncias e Manifestações enviadas à Corregedoria		Corregedoria	(i) sistemática de gestão da integridade organizacional.	Tribunal	(i) Garantir elevados padrões de conduta e comportamento ético, pautados em valores incorporados e compartilhados por todos em suas atividades no TCE-GO.	
				Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão				Manual de Integridade	Comitê de Integridade Corporativa (CIC)				
			Gestão Documental e Arquivística	Secretaria Geral		Lei nº 18.188/2007; Resolução nº 22/2008 - RTCE/GO; Resolução Normativa nº 001/2008; Resolução Normativa nº 008/2009; Resolução Normativa nº 003/2011; Resolução Normativa nº 13/2012; Resolução Normativa nº 005/2017; Resolução Normativa nº 6/2024; Resolução nº 6/2021; Resolução Administrativa nº 18/2023; Portaria nº 246/2023 - GPRES; Portaria GPGMPC nº 039/2023.	PO Gerir Autuação de Processos e Cadastro de Documentos		Serviço de Protocolo e Remessas Postais	(i) Processos autuados e documentos cadastrados	Tribunal	(i) Gestão e operacionalização das atividades de protocolo e de remessas postais e eletrônicas de documentos, processos e correspondências do Tribunal.	
							PO Gerir Arquivamento de Processo Eletrônico		Secretaria Geral Serviço de Arquivamento	(i) Processos arquivados	Tribunal	(i) Padronização das atividades que envolvem o arquivamento de processos eletrônicos no âmbito do TCE-GO.	
								Manual de Especificação e Padronização Documental	Secretaria Geral	(i) sistemática de gestão da ética organizacional.	Tribunal	(i) Garantir padronização e simplificação, com aplicação dos preceitos da redação oficial. (ii) Racionalização, segurança, autenticidade e identidade institucional. (iii) Atendimento às regras de distribuição, arquivamento, recuperação e descarte, conforme aplicável.	
			Apoio Finalístico ao Exercício do Controle Externo	Tem por objetivo contribuir para a qualidade dos trabalhos realizados pelas unidades técnicas por meio da disseminação de métodos e técnicas de controle externo alinhados com as melhores práticas deste órgão.	Planejamento e Inteligência de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº 13/2022	PO Gerir Matrizes de Seletividade		Secretaria de Controle Externo	(i) Ranking(s) de priorização das ações de controle externo. (ii) Relatório de G3 Gerações (Gestão de priorização das ações de controle externo).	Tribunal
	PO Produzir Relatório de Inteligência								Serviço de Informações Estratégicas	(i) Relatórios de Inteligência.			
	PO Produzir Conhecimento Estratégico								Serviço de Informações Estratégicas	(i) Conhecimento Estratégico produzido			
	PO Produzir Relatório de Inteligência								Serviço de Informações Estratégicas	(i) Relatórios de Inteligência.			
	PO Produzir Relatório de Inteligência								Serviço de Informações Estratégicas	(i) Relatórios de Inteligência.			
	Controle e Asseguração da Qualidade	Secretaria de Controle Externo				Resolução Administrativa nº 13/2022	PO Gerir Projetos de Fiscalização no SGP	Manual do Sistema de Gestão da Fiscalização - SGP	Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Relatório de acompanhamento dos projetos.	Tribunal	(i) Garantir o aperfeiçoamento do controle e a assegurar a qualidade dos trabalhos de fiscalização, com base em normas internacionais.	
							PO Gerir Garantia da Qualidade		Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Relatório de Garantia de Qualidade (ii) Melhoria contínua dos trabalhos de Fiscalização.			
	Apoio Finalístico ao Exercício do Controle Externo			Resolução Administrativa nº 13/2022	PO Realizar Sessão Virtual		Secretaria Geral	(i) Pauta e Ata da Sessão Plenária.	Tribunal	(i) Garantir o suporte à função jurisdicante por meio do apoio à realização das sessões plenárias e			
	Apoio Finalístico ao Exercício do Controle Externo			Resolução Administrativa nº 13/2022	PO Gerir Jurisprudência do TCE-GO		Gerência de Registro e Jurisprudência e Serviço de Jurisprudência e Consolidação Normativa	(i) Catálogo de Normativas (Consolidação). (ii) Catálogo de Acórdãos (Jurisprudência).	Tribunal	(i) Garantir o suporte à função jurisdicante por meio do apoio à realização das sessões plenárias e			

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO												
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS			INFORMAÇÕES OPERACIONAIS				INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO		
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho Suporte à Função Judiciante	Dono do Processo de Trabalho Secretaria Geral	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emite(n)s do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados
			Suporte à Função Judiciante	Secretaria Geral		RN/03/2013 RN/02/2020 PORTARIA Nº 159/2022 – GPRES RA 19/2022 Lei Orgânica TCE (art. 9º) Regimento Interno (art. 113 e 143)	PO Realizar Sessões Plenárias Híbridas		Secretaria Geral	(i) Pauta e Ata da Sessão Plenária.	Tribunal	(i) Garantir padrões operacionais para a execução das atividades de catalogação da jurisprudência e consolidação normativa.
						PO Gerir Consolidação Normativa do TCE-GO		Serviço de Jurisprudência e Consolidação Normativa	(i) Catálogo de Normativas Consolidado (ii) Acervo Normativo do TCE-GO	Tribunal		
						PO Gerir Atividades do Serviço de Registro	Manual de Procedimentos do Serviço de Registro	Gerência de Registro e Jurisprudência e Serviço de Registro	(i) Registro de Ato de Pessoal.	Tribunal		
			Gestão de Atos Oficiais	Secretaria Geral		Lei nº 16.168/2007; Resolução nº 22/2008; Resolução Normativa nº 20/2001.	PO Gerir Comunicação de Atos		Gerência de Atos Oficiais e Controle e Serviço de Publicações e Comunicações	(i) Ato publicado no DOE/DEC. (ii) Comunicação aos interessados(jurisdicionados (Ofício/Despacho)) (iii) Comunicação dos interessados(jurisdicionados). (iv) Sobrestamento de Processos.	Tribunal	(i) Garantir a gestão dos atos oficiais decorrentes das atividades do Tribunal.
						Lei nº 16.168/2007; Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Gerir Publicação no Diário Eletrônico de Contas		Gerência de Atos Oficiais e Controle e Serviço de Publicações e Comunicações	(i) Publicação no DEC.	Tribunal	
						Resolução n.º 054/2012; Portaria nº 36/2013 GPRES; Lei Orgânica do TCE-GO	PO Gerir Publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás		Gerência de Atos Oficiais e Controle e Serviço de Publicações e Comunicações	(i) Publicação no DOE.	Tribunal	

Legenda - Maturidade dos Processos de Trabalho	
Identificação (cores)	Valores em %
	n = 0 (zero)
	0 ≤ n ≤ 40
	41 ≤ n ≤ 74
	n ≥ 75